

Sobre as Guerras Civis: a pretexto de um livro de Javier Rodrigo e David Alegre

Sobre las Guerras Civiles: con pretexto de un libro de
Javier Rodrigo y David Alegre

On Civil Wars: under the pretext of a book by Javier
Rodrigo and David Alegre

Antonio Horta Fernandes
Universidade Nova de Lisboa, Portugal
hortafernandes@fcsb.unl.pt

Resumo: O presente ensaio pretende reflectir sobre as guerras civis, tendo por base *Comunidades rotas*, o livro sobre as guerras civis na época contemporânea publicado por Javier Rodrigo e David Alegre. A obra em causa, cruzando vários saberes das ciências sociais parte de uma componente historiográfica e um marcado acento dos estudos da guerra na vertente ligada ao exercício histórico. O diálogo que a propósito da obra em causa pretendemos desenvolver parte antes das premissas da polemologia e da teoria da estratégia, nomeadamente daquelas cultivadas na escola estratégica portuguesa. Tem igualmente um forte enfoque histórico-filosófico. Com tudo isso, pretende-se avaliar aquilo que caracteriza a natureza da guerra e das guerras civis em particular, bem como averiguar das eventuais positividade emergentes dos ciclos bélicos. Para esse efeito, a obra de Javier Rodrigo e David Alegre faz um diagnóstico crucial.

Palavras-chave: Guerra, Guerra Civil, Guerra Absoluta, Guerra Subversiva.

Resumen: El presente ensayo pretende reflexionar sobre las guerras civiles, teniendo por base *Comunidades rotas*, un libro sobre los conflictos internos contemporáneos publicado recientemente por Javier Rodrigo y David Alegre.

Entrecruzando las aportaciones realizadas desde las ciencias sociales, la obra de estos historiadores españoles parte de un enfoque historiográfico y pone un marcado acento en los estudios de la guerra en su vertiente de ejercicio histórico. El dialogo que intentamos desarrollar se basa en las premisas de la polemología y la teoría de la estrategia, tal como son desarrolladas en la escuela estratégica portuguesa. Además, nuestra posición tiene también un fuerte enfoque histórico-filosófico. Con todo eso se busca analizar aquello que caracteriza la naturaleza de la guerra y de las guerras civiles en particular, así como reflexionar en torno al potencial de los ciclos bélicos como propuesta interpretativa para el estudio de los conflictos armados. A tal efecto, el libro de Javier Rodrigo y David Alegre propone un diagnóstico crucial.

Palabras clave: Guerra, Guerra Civil, Guerra Absoluta, Guerra Subversiva.

Abstract: This paper is intended to prompt a reflection on the issue of civil wars based on *Comunidades rotas*, a monograph on contemporary civil wars by Spanish historians Javier Rodrigo and David Alegre. By means of contrasting a series of various contributions from social sciences, the monograph offers a historiographic perspective, focusing on war studies as an exercise in historical reflection. The dialogue proposed in this paper is founded on the principles of polemology and the theory of strategy as developed in the Portuguese school of strategy, seen from a strongly historical-philosophical perspective. Ultimately, it is meant to explore the very nature of war and of civil wars in particular, as well as to reflect on the potential of war cycles as part of an interpretative approach to the study of armed conflicts. To that purpose, Javier Rodrigo's and David Alegre's work proposes a crucial diagnosis.

Keywords: War, Civil War, Absolute War, Subversive Warfare.

Para citar este artículo: Antonio HORTA FERNANDES: “Sobre as Guerras Civis: a pretexto de um livro de Javier Rodrigo e David Alegre”, *Revista Universitaria de Historia Militar*, Vol. 8, N° 17 (2019), pp. 277-297.

Recibido 14/09/2019

Aceptado 15/11/2019

Sobre as Guerras Cívicas: a pretexto de um livro de Javier Rodrigo e David Alegre

Antonio Horta Fernandes
Universidade Nova de Lisboa, Portugal
hortafernandes@fcsh.unl.pt

Recentemente foi publicado em Espanha um livro em co-autoria, dos firmados historiadores e polemologistas espanhóis Javier Rodrigo e David Alegre, professores na Universidade Autónoma de Barcelona e na Universidade de Girona, respectivamente. O livro intitula-se *Comunidades Rotas. Una historia global de las guerras civiles, 1917-2017*.¹ Trata-se de um livro estupendo, a nosso ver muitíssimo mais bem conseguido do que o seu congénere, também relativamente recente, de língua inglesa, da autoria de David Armitage, o qual, embora de miras históricas mais amplas, foi alvo de críticas várias, a menor das quais não é o deixar de lado, sem que pareça justificá-lo devidamente, a *stásis* grega na origem do conceito de guerra civil.² Pois bem, as ideias expressas na obra de Javier Rodrigo e de David Alegre são um bom pretexto para reflectir de forma breve sobre a guerra civil, agora que tantos dos conflitos são intra-estatais ou intra-comunitários, embora muitos deles também sejam *proxy wars* e façam parte de guerras frias entre diversas potências centrais na cena internacional.

Considerações Preliminares

O livro em causa abre com uma citação em epígrafe de *Limónov*, do escritor francês Emanuele Carrère, onde é destacada a ideia de que em muitas línguas não há palavras para designar a perda de um filho. Escrevem com inteira propriedade os autores ser a guerra «uma gigantesca máquina de criar orfandades, viuvez, bem como essa perda sem nome que supõe a morte da descendência».³ Sendo a guerra civil uma forma parti-

¹ Cfr. Javier RODRIGO e David ALEGRE: *Comunidades Rotas. Una historia global de las guerras civiles, 1917-2017*, Barcelona, Galaxia Gutenberg, 2019.

² Cfr. David ARMITAGE: *Civil Wars: an history in ideas*, New York, Alfred Knopf, 2017. A revista *Critical Analysis of Law* dedicou parte de um número, o volume 4, nº2, de 2017, à obra, incluindo as respostas de Armitage às injunções críticas que lhe são feitas nesse mesmo número.

³ Cfr. Javier RODRIGO e David ALEGRE: op. cit., p. 19.

cularmente cruel dessa máquina de tragar vidas, até porque muitas vezes separa os pais dos filhos, acabando inclusive por se combaterem mutuamente.⁴

Esta ideia de ausência de um substantivo para nomear o inominável, a perda dos descendentes muito antes do que seria suposto no evolver natural das comunidades, não deixa de ser uma genial resposta a deslegitimar de uma penada todos os guerrios passados ou emergentes. A recusa em dar um nome é a denegação de significar, apesar de guerra acontecer amiúde, de os adultos jovens serem, por regra, os mais capacitados para a refrega, e as crianças vítimas potencialmente mais à mão pela sua dependência e menor capacidade de se desenfiar. Ainda assim, a recusa diz bem do inconformismo último em relação à normalidade da guerra, por mais que esta se tenha incrustado no tecido sócio-político como dimensão de facto e *de jure* a partir da Idade Moderna.⁵

Antes de prosseguirmos, convém, no entanto, esclarecer o que entendemos por guerra, pois na obra em causa a definição de guerra está sempre implícita, assentando sobremaneira na luta armada, o que se nos afigura redutor para entender a guerra subversiva e todas as lutas inerentes às constrações impostas pela revolução epistemológica e praxeológica da estratégia na idade nuclear. Assim, tomamos por boa a seguinte definição, construída com base nessa outra estabelecida pelo decano da escola estratégica portuguesa, Abel Cabral Couto:

Violência (enquanto luta, duelo em escala) entre grupos políticos (ou grupos com objectivos político-sacrais), em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim nos limites (de preferência exteriores) da política (ou fins políticos em grande parte, mas não na totalidade, a partir da modernidade), a qual em qualquer dos casos se serve desse fim, dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos.⁶

⁴ Haveria que matizar, porquanto nas sociedades pré-modernas a mortalidade infanto-juvenil era legião. Todavia, o princípio mantém-se, visto os homens desses tempos terem a natural expectativa de que os descendentes lhe haveriam de suceder, e estes igual expectativa de sucederem aos pais, sob pena de não ter sido possível fazer a sucessão geracional e nos depararmos com a situação surreal de contarmos (narrarmos) de que não estaríamos aqui para contar (narrar). Acontece simplesmente estarem aqueles homens e mulheres habituados a enterrar uma parte não despreciada da sua prole.

⁵ Sobre a interiorização da guerra na política operada pelo soberano, veja-se António HORTA FERNANDES: *Livro dos Contrastes. Guerra e política* (homo strategicus III), Porto, Fronteira do Caos, 2017.

⁶ Cfr. *Ibidem*, p. 165. A definição de Abel Cabral Couto foi originalmente publicada por este em *Elementos de Estratégia. Apontamentos para um curso*, Vol. I, [Lisboa], IAEM, [1988.], p. 148, rezando o seguinte: «violência organizada entre grupos políticos, em que o recurso à luta armada constitui, pelo menos, uma possibilidade potencial, visando um determinado fim político, dirigida contra as fontes do poder adversário e desenrolando-se segundo um jogo contínuo de probabilidades e acasos». Descarta-se a ideia de *violência organizada* porque enquanto parte do esforço negentrópico, sem dúvida, não parece fazer justiça à caótica bélica, ultimamente indómita em termos político-estratégicos, a qual estabelece o valor de utilidade marginal do

Importa ainda frisar que com a referência à luta armada como uma possibilidade no mínimo potencial não se pretende içá-la a uma modalidade de luta conceptualmente superior às restantes, transformadas, por conseguinte e de imediato, em formas de infra-guerra, transtornando por completo a definição apresentada. Antes quer assinalar ser a luta armada aquela que mais se presta ao desencadear da violência sem quartel, ao incêndio geral provocado pela propagação da violência, à caótica derradeira (guerra absoluta) que, como veremos um pouco mais detalhadamente adiante, estabelece o preço do fenómeno bélico e lhe permite adquirir singularidade. Estruturalmente, «nunca a guerra é uma verdadeira guerra se, em primeiro lugar, não tiver em mira um montão de mortos inimigos», como salienta com inteira oportunidade Elias Canetti.⁷

A Guerra Civil antes e depois da Era Moderna

Retornando à guerra civil é importante realçar que os autores em causa colocam a guerra civil onde esta deve ser colocada, como uma forma de guerra, uma tipologia de guerra que recebe as suas características essenciais precisamente de ser uma guerra. Mas de ser uma guerra particularmente fratricida; os nossos autores insistem, e bem, muito nisso.

A questão fundamental a colocar é a da razão pela qual a guerra civil se apresenta como especialmente cruel. Na verdade, todas as guerras são particularmente cruéis porquanto o seu valor de utilidade marginal, o fundo que estabelece o preço do fenómeno bélico e lhe dá especificidade enquanto tal fenómeno é a guerra absoluta, a cizânia ultimamente incontrolável em termos político-estratégicos, o caos abissal da violência sem quartel que tende sempre a libertar-se por completo, a ascender aos extremos, em linguagem clausewitziana. Assim sendo, porque em todas as guerras está ínsita a guerra absoluta, embora não perfaça nem todo núcleo, muito menos toda a fenomenologia da guerra, até se poderia pensar que a guerra civil deveria ser mais branda pois estaria em causa um conflito entre irmãos e não entre estranhos, e as codificações ao longo do tempo articuladas para minorar o efeito do conflito entre estranhos dever-se-iam aplicar, por maioria de razão, ao conflito entre irmãos. Todavia, bem sabemos ser justamente o contrário.

A razão apresenta-se-nos franca se nos quedarmos em torno do sintagma *guerra absoluta*. Javier Rodrigo e David Alegre chamam à colação um exemplo babilónico,

próprio conceito. Frisar a importância cimeira da guerra absoluta na conceptualização da guerra, como é mester no presente artigo, o seu carácter decisivo para a compreensão ontológica, antropológica e fenomenológica da acção bélica, não se nos afigura coerente com a manutenção da ideia de violência organizada como factor discriminante em termos definitórios.

⁷ Cfr. Elias CANETTI: *Massa e Poder*, Lisboa, Cavalos de Ferro, 2014, p. 79.

relativo à chamada *Epopéia de Erra e Ishum* (que tem um paralelo posterior, e muito mais desenvolvido, na *stásis* grega), segundo o qual a guerra civil é vista como a expressão máxima do horror, de conotações totalmente negativas, ao contrário da guerra externa, uma espécie de mundo às avessas. Algo que a *stásis* grega personificará por excelência. Os autores, é certo, reconhecem o essencial: a apropriação exclusiva dos valores colectivos por um dos grupos em liça, num espaço em que todos antes partilhavam esses valores, implica uma exteriorização radical do agora adversário, logo, uma radicalização extrema de posições, a qual, obviamente tende a ultrapassar quaisquer códigos entretanto instituídos para a guerra externa; ao mesmo tempo que essa radicalização extrema implica, de um modo geral, e ao contrário das guerras internacionais, a obrigação dos não combatentes de tomar partido.⁸ Contudo, os autores não retiram todas as consequências desse raciocínio certo. Aquilo que está em causa para babilónios e gregos é a exterioridade da guerra ao ser da comunidade político-sacral, o carácter estrangeiro e dicotómico da guerra em relação à política e à paz.

A guerra civil não apenas traz a guerra ao coração da Cidade, como, pelas razões de extremização atrás apontadas, manifesta de forma mais clara o núcleo íntimo da guerra, a guerra absoluta. A *stásis* exprime a desordem, a barbárie porque representa esse núcleo duro, o olho do furacão do fenómeno bélico, que não obstante não abraçando toda a guerra, a configura, lhe atribui a sua especificidade e consistência própria. No fundo, a *stásis* exprime a razão de ser pela qual a guerra deve ser apartada da política e do viver legítimo comum: a sua lógica violenta em estado puro tudo desagra e consome e nada edifica; quando a política é a arte da edificação, o pôr e comum palavras e actos, ordenando os poderes e gerindo as alternativas. Pois bem, se a guerra é essa destrutividade, a guerra absoluta o seu zénite, e a guerra civil, pelas razões aduzidas, a traduz mais vezes, trazer a guerra para dentro de muros seria o desastre por definição.

Não por acaso os gregos nunca ensimesmaram por defeito os institutos para fazer a guerra. Daí, também nunca terem sido desenvolvidos aquelas que hoje nomeamos por estruturas permanentes de defesa, tanto conceptuais como materiais. O risco era, em estruturas políticas relativamente débeis, sem profundidade geográfica e populacional, sem capacidade de encaixe, ao normalizar os aparelhos de fazer a guerra, normalizar igualmente a guerra, com todo o potencial devastador que tal medida acarretaria. Permeiar por dentro a sociedade com uma organização para a gestão da violência, como uma simples divisão social do trabalho político (a oscilação terminológica de conceitos como os de *estratégia* e *táctica*, e a sua não definitiva estabilização até à época moderna é sintomática), mais que um instrumento político temia-se que fosse um regresso à barbárie, ou não mostrasse a *stásis* a verdadeira face da guerra. De Jacqueline

⁸ Cfr. Javier RODRIGO e David ALEGRE: op. cit., pp. 69, 92.

de Romilly e Nicole Loraux a Pascal Payen, passando por Caroline Alexander, parece haver consenso sobre o temor, muito mais do que o cultivo, dos gregos em relação aos ditos valores marciais.⁹

Razões similares valem para o mundo romano, já desenvolvidas noutros lugares, mas aqui importa somente assinalar ter tido Roma um exército no activo em contínuo, mas nunca um exército permanente em sentido moderno. Quanto ao famoso *limes*, nunca se tratou de uma linha sistemática e infranqueável, do Mar do Norte ao Mar Negro, antes de uma sucessão de cidades, acampamentos e centro militares da mais variada origem, com grandes espaços abertos entre eles e distintas formas de ocupação territorial porque, como já mostrou Pedro López Barja de Quiroga, Roma conquistava essencialmente povos e não territórios em si, supondo por momentos (como erroneamente se costuma fazer) a visualização de uma delimitação geográfica do império de que a cidade de Roma seria apenas a capital. Quando Roma era na verdade tudo, o império e a cidadania.¹⁰

Desta maneira, uma diferença maior entre as guerras civis antigas e medievais e as guerras civis modernas e contemporâneas, não explorada por Javier Rodrigo e David Alegre, nem tinham forçosamente de o fazer, é que as primeiras eram instrumentos usados pela política, mas nos confins exteriores da política, enquanto as segundas se vão tornando paulatinamente políticas de cabo a rabo. Naturalmente, sem prejuízo das diferenças assinaladas por Javier Rodrigo e David Alegre em relação às guerras civis do século XX face às suas congêneres de Oitocentos. Aquelas cada vez mais transnacionais, fenómenos sociais de massas, e híbridas, como se vai dizendo com imprecisão, no tocante às modalidades afectadas ao seu desenrolar.

É talvez por isto mesmo, embora com a modernidade a dicotomia paz/guerra tenha desaparecido e a lógica soberana tenha feito da guerra um dispositivo ordinário da política, que só de forma muito cautelosa se tenha procedido no último meio século à jurisdicização da guerra civil. Não devemos ver aí apenas a lógica estadualista ou o seu pretensio definimento em acção. Mas quiçá também uma resposta última das racionalidades sociais estratégicas face ao conflito hostil, recusando instalar por inteiro a guerra no coração da Cidade, algo difícil de contornar no caso de adquirir valor jurídico, ao tornar minimamente aceitável que uma guerra intestina, com a ferocidade que

⁹ De Jacqueline de ROMILLY: *La Grecia Antigua contra la Violencia*, Madrid, Gredos, 2010. Para Nicole LORAUX: *La Tragédie d'Athènes. La politique entre l'homme et l'utopie*, Paris, Seuil, 2005. De Pascal PAYEN: *Les Revers de la Guerre en Grèce Ancienne*, [s.l.], Odile Jacob, 2013. Relativamente a Caroline ALEXANDER: *The War that Killed Achilles: the true story of Homer's Iliad and the trojan war*, London, Penguin, 2010.

¹⁰ Para o *limes*, vide Rosa SANZ SERRANO: *Historia de los Godos. Una epopeya histórica de Escandinavia a Toledo*, Madrid, Esfera de los Libros, 2009, pp. 75-77. Acerca de como a postura de Roma não era geopolítica, veja-se Pedro LÓPEZ BARJA DE QUIROGA: "Sobre la Guerra Justa", *Semata. Ciencias Sociales e Humanidades*, vol.23 (2011), pp. 61-75. A afirmação expressa de que Roma conquista povos e não territórios encontra-se na p. 66.

geralmente a caracteriza, viesse a ser considerada de lei, ou melhor, de algum modo aceite como lícita, ou tão-só nos deixando mais aliviados por causa da lei. Importa não olvidar que as racionalidades sociais estratégicas são as mesmas comunidades políticas que, diante da punção desgarradora e absolutamente excepcional da guerra em relação à normal processualidade social, geram finalidades próprias de carácter prudencial, incompletas e provisórias, a completar na síntese política superior, intentando conter por dentro a violência da guerra. As racionalidades sociais estratégicas, embora visando atingir os objectivos políticos que suscitam ou podem suscitar hostilidade por parte de uma outra vontade política, portanto, no âmbito de uma “violência razoável”, são antes de mais a resposta visceral (ou até mais no sentido de *oikéiosis*, da estratégia como *oikéiosis*, como coincidência com o seu modo próprio de ser e natural apropriação deste, uso habitual de si enquanto quinta-coluna por dentro da guerra para a barrar) do homem ao embate concentrado da violência bélica por esta ferir o seu ser primacial enquanto estado de paz (incluindo o cerne da esfera política). Donde, como se disse, as racionalidades sociais estratégicas, ao desenvolverem objectivos intrínsecos e autónomos pretenderem responder, encaixar e aplacar, morigerando-a, a violência bélica.

É igualmente natural que as pretensões soberanas do Estado vissem de início com bons olhos a deslegitimação de princípio da guerra civil, porque nem através de uma qualquer codificação poderiam os seus efeitos deletérios sobre a unicidade soberana ser minorados, antes teria de ser rejeitada de raiz. Porém, há muito que a lógica soberana ganhou independência do actor Estado, tem contaminado outros actores e vai de si. Nesse sentido, essa jurisdicização seria antes uma tentativa da lógica soberana de procurar controlar em seu proveito a guerra civil, pô-la sob sua alçada, porque nela também se digladiam pretensões soberanas.¹¹ Assim, o caminho da codificação da guerra civil na era contemporânea é ambíguo. Parece uma boa coisa, e é-o certamente no terreno, e antes da acção, podendo tolher em certa medida as vontades mais acutilantes dos actores em compita. Não obstante, em termos estruturais, parece indiciar uma tentativa de normalização radical da guerra, camuflada de boas intenções humanitárias: agora ninguém fica sem socorro, dir-se-á, nem sem direitos porque também estas guerras, as guerras civis, estão enquadradas na norma, logo até parecem menos más, com uma ponta de legitimidade pelo menos, quiçá nalguns casos transformáveis, de acordo com a *Carta das Nações Unidas*, a qual proscreeve as guerras, em operações de apoio à paz musculadas. De resto, bem sabemos que as codificações sobre a guerra, o *jus in bellum* e o *jus ad bellum*, valem o que valem, pouco ou nada, dependendo da estrita vontade dos actores, quando o exercício das armas é considerado uma actividade política ordinária, um estado de excepção dentro da lógica soberana certamente,

¹¹ Acerca da relativa autonomização hodierna da lógica soberana, em parte descolada dos Estados, no caso, agindo como se de polícia supranacional se tratasse, invocando a segurança da comunidade internacional, veja-se Giorgio AGAMBEN: *Medios sin Fines. Notas sobre la política*, Valência, Pre-Textos, 2001, pp. 73-74.

mas uma normal excepção mais inerente à soberania, por assim dizer – embora a excepção da guerra não seja apenas mais uma, mas uma excepção dentro da excepção, que nem o soberano consegue nortear por inteiro e sobre a qual exerce uma suserania limitada.

Em boa verdade, Javier Rodrigo e David Alegre não se cansam de chamar a atenção ao longo da obra para o valor muito relativo dessa jurisdicização da guerra, não só para quem nela participa, mas sobretudo para quem a sofre enquanto vítima civil, e que em todas as guerras contemporâneas, nas guerras civis por maioria de razão, são cada vez em maior número.¹² Embora também aqui se tenha de perceber estrategicamente ser a condição de civil apartado da guerra algo muito problemático, não só porque a guerra industrial exige uma mobilização a montante envolvendo por definição os civis, em sentido jurídico e social estrito, como porque o desenvolvimento de novas modalidades bélicas que não a luta armada, as modalidades apelidadas tecnicamente de guerra fria, implicam sobremodo esses mesmos civis. Daí, a importância cada vez maior da estratégia enquanto ética do conflito, gestora do conflito em ordem à vitória ou à negociação, mobilizando para isso instrumento cada vez mais apurados e sofisticados de luta, onde antes não os havia é verdade, mas em que o seu múnus, ao gerar ou ao não rejeitar novos modos de hostilidade, visa gerir judiciosamente a violência bélica, contrariá-la, contê-la na sua escalada, acuando-a, para que, por fim, seja impossibilitado o inaudito da guerra.

A Guerra como Ponerotopia

O escritor Juan José Millás, em *A Mulher Louca*, escreve pela voz de uma sua personagem, que o facto de acabar com a vida de alguém nos converte em estrangeiros.¹³ Trata-se de uma asserção decisiva como forma de compreender as guerras, e em especial as guerras civis, mormente no século XX, em que a população por inteiro é mobilizada, querendo-o ou a contragosto, porque mostra o quanto na guerra estamos todos em exílio forçado, errantes sem o saber, deslocados. Estamos diante dessa figura, que um outro pensador espanhol, residente nos EUA, e um dos mais incontornáveis polemologistas da actualidade, Nil Santiáñez, designa por *paratopos*. Um espaço no seio do qual os seus habitantes, por um conjunto de vicissitudes, entre as quais a guerra à ca-

¹² Não por acaso o conceito de civil face à guerra, por oposição ao militar, em detrimento combatente/não combatente apenas se generaliza a partir dos finais de Oitocentos. Cfr. Lawrence FREEDMAN: *The Future of War. A History*, London, Penguin, 2018, p. 91.

¹³ A asserção da personagem acamada, de nome Emérita, é textualmente a seguinte: «o crime, de então para cá, banalizou-se muito, mas podes crer que o facto de acabar com a vida de alguém te converte numa estrangeira». Cfr. Juan José MILLÁS: *A Mulher Louca*, Lisboa, Planeta, 2014, p. 159.

beça, deixam de nele se reconhecer. A descontinuidade dos anteriores laços que os uniam àquele espaço, tido por eles como natural, forjando um todo de gestos e hábitos, é da tal ordem, que o espaço em vez de os acolher aliena-os, exclui-os do seu regaço.¹⁴ A guerra é, nessa perspectiva, paratópica por excelência. O acto de matar torna-nos assim forâneos no pior sentido do termo. Não evidentemente o do *homo viator*, não o do peregrino que transporta consigo, para além de todas as dúvidas e desfalecimentos, a certeza confiada, exemplo paradigmático é o da errância de Abraão, mas a radical desolação na carne e no espírito, o perdimento radical, esse sim a necessitar de acolhimento. Um perdimento que, paradoxalmente, talvez nos torne os verdadeiros peregrinos por antonomásia, quando o peso de consciência de nos sentirmos justamente como estrangeiros da pior forma possível impenda sobre nós. Entretanto, a guerra em si, paratópica, é-o porque é antes de mais ponerotópica, lugar onde acontece o mal, onde o mal se manifesta com especial incidência, parecendo não haver remissão.

Enquanto ponerotópica, a guerra avassala os seus intervenientes destruindo-os mas também hipnotizando-os, um adormecimento de consciências que se manifesta tanto no aborrecimento letárgico quanto na exaltação inebriante. À parte o exemplo típico de fascínio inebriado representado por Ernst Jünger,¹⁵ ambas as situações, na aparência antitéticas, estão bem documentadas. O historiador inglês Keith Lowe conta como no Dia da Vitória dos aliados ocidentais contra a Alemanha, e no Dia da Vitória contra o Japão, muitos terão “chorado” o fim da guerra. Por dentro dos festejos latejava uma corrente subliminar de vazio, antecipando desde logo a falta da guerra que acabara de cessar. Muita gente sentiu alívio pelo fim das hostilidades, mas ao mesmo tempo não parece ter-se sentido feliz. Na realidade, em muitos homens e mulheres a guerra abriu as portas à fantasia, prometendo todo o tipo de ideais e paraísos, por contraditórios que fossem, e que só durariam enquanto a guerra durasse.¹⁶ Do mesmo ambiente de irrealidade, não necessariamente de exaltação, vão dando conta os protagonistas seguidos por Peter Englund, embora a essa irrealidade se vão habituando ao longo do conflito, a ponto da adolescente alemã Elfriede Kuhr dizer, em Setembro de 1917, que a guerra se transformou numa espécie de estado normal, como se nunca tivessem vivido de outra forma, de modo que já quase não pensam nela. Que tal “normalidade” é bem o efeito de um alumbramento, pode observar-se aquando da no-

¹⁴ O conceito de *paratopos* é desenvolvido por Nil SANTIÁÑEZ: *Topographies of Fascism: habitus, space, and writing in twentieth-century Spain*, Toronto, University of Toronto Press, 2013, pp. 255-261.

¹⁵ Embora o fascínio de Jünger possa ser o fascínio frio de um olhar entomológico, projectado numa visão orgânica da história, a partir da qual consegue extrair da catástrofe o impulso vital. Sobre o assunto, veja-se Ana CARRASCO-CONDE: “La *Nephila Maculata*. Jünger y la experiencia de la catástrofe”, *Isegoría. Revista de filosofía moral y política*, 53 (2015), pp. 631-646.

¹⁶ Cfr. Keith LOWE: *The Fear and Freedom. How the Second World War changed us*, New York, St. Martin's Press, 2017, pp. 144-145. Na mesma linha, atenda-se ao sentimento de absurdo quanto a um futuro pós-bélico, durante a Segunda Guerra Mundial, que perpassa por Teddy Todd, personagem de *um Deus em Ruínas*. Cfr. Kate ATKINSON: *Um Deus em Ruínas*, Lisboa, Relógio d'Água, 2017, pp. 74, 98.

tícia do armistício, sentido pelos protagonistas de Englund ora com alegria, ora com alívio, mas quase sempre com desconcerto e, nalguns casos, com um certo sentimento de vazio.¹⁷

Mal conhecemos, a título de exemplo, a memorialística espanhola, e a de participantes estrangeiros, dos anos da Guerra Civil, mas não nos espantaria haver, aqui e acolá, registos no mesmo sentido.

Por outro lado, o aturdimento ora eufórico ora entediante, duas manifestações em nada contraditórias, como já se referiu, do mesmo aturdimento, permite reflectir positivamente sobre a validade (contestada) da tese de George Mosse acerca da brutalização das sociedades saídas da Grande Guerra, muito por causa do regresso dos soldados chegados da rotina ominosa das trincheiras.¹⁸ É verdade que muitos dos veteranos em diversas longitudes não optaram pelos extremos nem por quaisquer corpos francos, antes foram denodadamente pacifistas.¹⁹ Mas não é menos verdade que a opção por um pacifismo *à outrance* não será menos resultado dessa insensibilidade estuporada derivada do próprio contexto bélico e da natureza da guerra. Esse adormecimento, essa paralisia, essa falta de iniciativa, prolongada pelos anos trinta contra todas as evidências, não é apenas consciência de que a brutalização está aí e há que não a activar, mas é ela mesmo signo e índice dessa brutalização.²⁰

¹⁷ Cfr. Peter ENGLUND: *A Beleza e a Dor da Guerra. História íntima da Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, Bertrand, 2014, p. 444, para o juízo de Elfried Kuhr. Em relação à aceitação, em estado meio de fatalidade estuporada outro meio de obnubilação narcótica, da continuidade inercial da Grande Guerra por parte da população, e logo na primeira fase da guerra, tome-se em atenção Michael NEIBERG: *A Dança das Fúrias. A Europa e a eclosão da Primeira Guerra Mundial*, Castro Verde, A Ferro e Aço, 2014, pp. 28-29. Quanto ao aborrecimento, veja-se, entre outros, Paul FUSSELL: *Tiempo de Guerra. Conciencia y engaño en la Segunda Guerra Mundial*, Madrid, Turner, 2003, p. 99; Lukasz KAMIENSKI: *Las Drogas en la Guerra. Una historia global*, Barcelona, Crítica, 2017, p. 314; Stefan HERTMANS: *Guerra e Terebintina, Alfragide, Dom Quixote*, 2019, p. 244. Também Wolfgang Sofski fala da guerra convertida em monótona rotina na obra *Tiempos de Horror: Amok, violencia, guerra*, Madrid, Siglo XXI, 2004, pp. 26-27.

¹⁸ Cfr. George MOSSE: *De la Grande Guerre au Totalitarisme. La brutalisation des sociétés européennes* [trad. francesa de *Fallen Soldiers: reshaping the memory of the world wars*], Paris, Hachette Littératures, 1999.

¹⁹ Até no caso alemão, a maior associação de veteranos de guerra, social-democrata e pacifista, teve nos anos vinte muito mais associados do que aquela que celebrava a guerra, a *Stahlhelm* (Capacete de Aço). Cfr. Ian KERSHAW: *À Beira do Abismo. A Europa 1914-1949*, Alfragide, Dom Quixote, 2016, p. 307.

²⁰ Não acerta, pois, de todo o historiador Ángel Alcalde quando em “La Tesis de la Brutalización (George Mosse) y sus críticos: un debate historiográfico”, *Pasado y Memoria. Revista de Historia Contemporánea*, 15 (2016), p. 37, conclui ser a brutalização impossível ou extremamente difícil de demonstrar de maneira sistemática a partir das fontes. Como se as fontes documentais em bruto fossem a (impossível) linguagem-retrato da realidade histórica, ou fossem o alfa e o ómega da história.

De como a Guerra por em Si e por Si não Gera Positividades

Pois bem, e este é um ponto decisivo, se o mal habita a guerra e se a guerra é hipnose do mal, no frenesim, ou no aborrecimento letárgico, no adormecimento que, ao fazer-nos estrangeiros, não nos permite de imediato detectarmo-nos como estrangeiros, ou pelo menos tomar posição face a esse estado, então, da guerra em si nada de construtivo, de edificador pode sair. Javier Rodrigo e David Alegre reconhecem não ter em si a guerra nada de pulcro, pelo contrário, é caótica, suja em todos os sentidos pregnantes, além de tecnicamente mutável, e, portanto, assistémica. É a antítese da idealização mitopoética, da metáfora estetizante e da formalização matemática com que erradamente as ciências sociais a procuram abordar.²¹ Mas assim sendo, não há razão para ver na guerra civil uma forma de construção estatal e nacional, *pace* os autores, por mais que a guerra tenha sido interiorizada no ser da política. Todas as positividades emergentes dos cenários de guerra são positividades emergentes apesar da guerra, que saem delas mas não por ela, por intermédio da sua natureza caótica e destrutiva. As guerras civis puderam ser usadas pela política como mecanismo de transfiguração da sociedade. A guerra terá sido cara aos regimes políticos que anelavam a transformação, um novo recomeço purificado sobre ruínas para construir a nação.²² Todavia, mesmo atingidos dessa maneira os objectivos políticos igualmente preconizados dessa maneira, o resultado alcançado (de certa forma inesperado porque imprevisível por causa da guerra ser guerra) foi o resultado da terraplanagem tal como veio a ficar, ou melhor, do que restou mas quando aproveitado num novo contexto e não da destruição em si mesma. E ainda assim, observe-se o caso da guerra civil espanhola, deixando presente uma *desazón* transversal que perdura. Na Europa oriental, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, os terrenos já limpos em termos étnicos e nacionalistas, para além das depurações de classe, através de transferências forçadas de populações propiciaram efectivamente um novo começo, diferentes e novas possibilidades, mas ao preço de esquecer as vítimas das transferências forçadas, que não atingiram só a elas mas eventualmente também os agora verdugos.²³ Pois, como assevera, com inteira pertinência, a filósofa italiana Donatella di Cesare, as vidas dos homens e o seu meio formam parte de um todo indissolúvel, são um nó de uma tessitura compacta, de uma rede densa e finamente tecida, que sempre é atingida, truncada pela guerra, mesmo quando passada à distância, mesmo quando nem sequer ocorre um dano colateral e

²¹ Cfr. Javier RODRIGO e David ALEGRE: op. cit., p. 81.

²² Cfr. Ibídem, p. 103.

²³ Sobre as transferências forçadas de populações na Europa após o termo da Segunda Guerra Mundial, embora tenham começado antes, veja-se Keith LOWE: *Continente Selvagem. A Europa no Rescaldo da Segunda Guerra Mundial*, Lisboa, Bertrand, 2013, terceira parte.

também não se faz sentir o efeito de nenhuma de nenhuma bala perdida, como se costuma dizer.²⁴

Tudo isto sem querer ampliar muito mais a problemática, porque, em boa verdade, na guerra não existem virgens ressequidas de tão imaculadas. Há certamente responsáveis, mas não há libertadores e caminhos de libertação impolutos, por mais justa que seja a contraposição concreta entre libertadores e opressores, por exemplo, contrapondo os ingleses à Alemanha nazi. Como não há beligerantes indenes, longe disso, também não há nenhuma categoria particular de objectivos que saiam da guerra realizados positivamente por esta. Mesmo diante da mais inaudita das agressões e evocando sem mácula a mais pura legítima defesa, rapidamente, por força da rivalidade mimética e da dinâmica da guerra absoluta que a estimula, os beligerantes entram no mesmo jogo de poder.

Na verdade, o poder até aspira à absoluta imobilidade sabática, inatingível porque não pode nunca alijar o escrutínio das suas capacidades e deixar de velar por elas, mesmo supondo um diferencial estrutural abissal entre x e y, como ocorre no caso aproximado da Rússia, só por lá estar, face à vizinha Geórgia. Quando o verdadeiro sabatismo implica a desarticulação da lógica de poder. Só então pode o repouso ser completo, porque já ninguém terá receio de não impor o seu ou sofrer o poder de resistência de outro.

Assim, a confrontação, abarcando na mesma vertigem de fuga para a frente ambos os contendores, é inevitável. Porque o poder, em termos ontológicos, exige a reciprocidade de uma resistência, é relativo a uma qualquer resistência, no momento em que resisto fisicamente, nem que seja só desviando ou aparando o golpe em forma, em bom estilo, com resoluta proficiência técnica, ofereço reciprocidade de poder e perco a inacessível altura ética, a assimetria benfazeja onde estava situado. Porque já não se trata da mais lídima das legítimas defesas no mais puro dos momentos enquanto evita soçobrar, da vítima *simpliciter* que apenas não quer perecer, mas antes do exercício de capacitação da minha força, por mais nobres que ainda se mantenham os objectivos. Ora, também neste ponto a alusão feliz de Javier Rodrigo e David Alegre às guerras cívicas que presidiram à desagregação da Jugoslávia, gerando a guerra um clima propício à convivência imposta com respeito aos crimes cometidos em nome das novas comunidades etno-nacionais e, por conseguinte, à culpa colectiva, se explica melhor na base pela dinâmica da guerra absoluta ínsita em qualquer estádio da guerra e pela rivalidade mimética com ela fortemente imbricada nestes cenários.²⁵

Olhemos, por fim, os desenvolvimentos técnico-científicos, mais correntes a partir das guerras internacionais do que das guerras internas, geralmente tidos como

²⁴ Cfr. Donatella DI CESARE: *Terrorismo. Una guerra civil global*, Barcelona, Gedisa, 2017, pp. 167-168.

²⁵ Cfr. Javier RODRIGO e David ALEGRE: op. cit., p. 514. A referência à escritora bósnica Ferida Duraković, segunda a qual a guerra perverte as gentes e as torna malvadas (p. 530), vai no mesmo sentido.

um activo insofismável das guerras, a poder, por último, confutar a argumentação por nós expendida até aqui. De facto, vários desses desenvolvimentos técnico-científicos dão-se através das guerras, em consequência delas, mas sempre apesar delas, *pace* a clássica tese kantiana integrando a guerra na economia do mal, no árduo processo civilizador da insociável sociabilidade do homem.²⁶ Contudo, as verdadeiras positivities germinam em novos contextos, obviamente fruto das dinâmicas do tempo de guerra, tal como o território etnicamente arrumado proporciona a realização de objectivos almejados, mas só e somente na medida em que se instalam novos e distintos horizontes, que não são de todo já os da chacina e da destruição. Antes, apenas contava encontrar os mais eficazes, num senso técnico, instrumentos de estropiar e matar. Como afere para a vivência da Grande Guerra Walter Benjamin – uma das tais guerras que está na origem de um reflorescimento cultural brilhante –, esta deixou os homens mais pobres, indigentes de experiências partilháveis, insertos numa nova barbárie a que tiveram de fazer frente, obrigando-os a uma renúncia nos meios e nas concepções (até para se afastarem da organização mental do mundo que teria dado à origem à guerra) face à qual e por intermédio dela se viram na necessidade de começar tudo de novo, fazendo do vício virtude para iniciar uma exploração cultural e artística mais enxuta, mas, a seu ver, mais intensa e verdadeira; tendo preferencialmente em mente, mas não em exclusivo, a Bahaus.²⁷ E ainda assim, em termos comparativos, se nos cingirmos aos avanços técnico-científicos propriamente ditos alcançados, a confiar, por exemplo, em Keith Lowe no respeitante à Segunda Guerra Mundial, um marco consensual de afirmação de progressos técnico-científicos por via da guerra, afinal essa mesma guerra pode ter atrasado a investigação e as descobertas.²⁸

Pensando com lucidez, nada disso é extraordinário, nem nos deve espantar, porquanto o raciocínio lógico e de bom senso deveria ser meridiano: se já em condições tão difíceis o engenho do homem não desfalece, quanto mais não será de esperar quando as condições lhe são favoráveis e lhe permitem uma concentração aturada – um raciocínio, de certa forma, já antecipado em Quinhentos por Juan Luis Vives; e um raciocínio assumidamente a fortiori, porque o mal é sempre um caso menor em relação ao bem. Uma coisa é pensar, erroneamente, que na guerra se raciocina com as botas,

²⁶ Para a ideia da guerra como co-parteira civilizacional, cfr. Immanuel KANT: “Ideia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita” e “A Paz Perpétua” in *Íd., A Paz Perpétua e outros Opúsculos*, Lisboa, Edições 70, [s.d.], pp. 21-37 e 119-171, respectivamente. *Vide* igualmente Viriato SOROMENHO-MARQUES: *História e Política no Pensamento de Kant*, Mem Martins, Europa-América, 1994, pp. 103-105, para o papel da guerra na forja do progresso no pensamento de Kant.

²⁷ Cfr. Walter BENJAMIN: “Experiência e Indigência” in *Íd., O Anjo da História. Obras escolhidas de Walter Benjamin/4*, Lisboa, Relógio d’Água, 2010, pp. 73-78. De forma similar, Kurt Schwitters, o autor do projecto artístico unipessoal Merz, reconhecia, em retrospectiva, no ano de 1930, que como com a Guerra tudo se tinha derrubado, o novo tinha de ser feito a partir de fragmentos. Cfr. Jed RASULA: *Destruction Was my Beatrice: Dada and Unmaking of the Twentieth Century*, New York, Basic Books, 2015, pp. 92-93.

²⁸ Keith LOWE: *The Fear and Freedom*, p. 126.

por assim dizer, quando o natural, estando em causa a sobrevivência, é que o homem raciocine a alta rotação. Outra é julgar que pensar a alta rotação em crise aguça o engenho de uma forma ímpar em comparação com situações de estabilidade. Ora, nenhuma das duas condições se aplica à guerra. Se a guerra exige a alta rotação do raciocínio, ela não é simplesmente uma crise, mas uma rotura desvairada, que continuamente instabiliza o esforço sistemático e aturado necessário não só à criação científica, como à criatividade e faculdade de edificação geral do homem, ao comprimir as possibilidades vitais subordinadas à lógica (monotemática) de guerra. Um esforço que, além do mais, pode ser permanentemente curto-circuitado pela perda de materiais e de vidas. Não se trata apenas da investigação ser cada vez mais um esforço cooperativo, sendo assim ceifadas aleatoriamente vidas imprescindíveis a esse esforço, é também a capacidade inventiva particular, da qual, em última análise, tudo depende a ficar comprometida, porque se pode ver tolhida a qualquer instante por força da perda de vida dos que lhe são íntimos, ou tão simplesmente da própria.

Quando muito a guerra oferece contra-danos laterais, oferece, por contraponto, plexos de sentido quiçá apenas visíveis em condições extremas; plexos esses que são antitéticos da guerra e tem origem no potencial amável, nessa disposicionalidade salvífica de transcendimento, enquanto primacial inclinação oblativa, que nem a guerra no seu âmago parece capaz de liquidar de todo.

No limite, a guerra é dadá. Ainda assim, provavelmente só como que em *flash*. Ao modo como André Gide sentenciou (com mordacidade e ao mesmo tempo reconhecimento) o próprio movimento dadá: «com essa única palavra, dadá, expressaram de uma vez só tudo o que tinham a dizer *como grupo*». ²⁹ E não obstante, só podendo encerrar esse dadaísmo a partir de uma posição que baptizamos de *pós-lilás*. Pós-lilás como puro valor de uso ao nível do significante, ser o que é na sua nua mostração enquanto tal, e em corte com os possíveis visos dadaístas da guerra. Se a guerra é dadá na sua potencialidade desconstrutiva e destrutiva, o mesmo é referir as suas eventuais positivities emergentes dessa desconstrutividade e destrutividade, desse virar o cristalizado do avesso, valendo enquanto tal no mostrar-se sem mais, enquanto ocorre, mas só como que em *flash*, em que a própria palavra expressa de uma vez só tudo o que tem a dizer de revulsivo e presuntivamente original, esgotando-se aí, porque a originalidade vale exactamente por esse aí – e ainda assim só mesmo em *flash*, volte a frisar-se, e isto se dadá for um elogio -; então, o pós-lilás é a desconstrutividade dessa desconstrutividade dadá da guerra, o *non sense* do eventual *non sense* revulsivo da guerra no limite poder ser dadá, pondo-a simplesmente de lado, à guerra, sendo outra coisa, estando pura e simplesmente noutra, mesmo ao nível de uma indeterminação fecunda, ou de uma fecundidade indeterminada, que a analogia com o movimento dadá poderia pre-

²⁹ Citado por Jed RASULA: op. cit., p. 172.

nunciar, até porque o prenúncio ao esgotar-se nesse aí não se esgueira ao centro de irradiação bélico.

Sintetizando, tudo o que de bom saia do horror da guerra, ou o é num novo contexto, ou então diz respeito aos tais vislumbres por contraponto, mas também só executáveis num novo contexto, ou refere-se ao instantâneo (algures, talvez dadá) ir-repetível de uma fecundidade a haver e de um revulsivo que põe a nu todas as apodrecidas cristalizações prévias, mas sem sair da negrura do negro, de qualquer maneira só assumível na forma de intuição que atinge a realidade em profundidade (ou até mesmo enquanto *insight* para uma lição aprendida) igualmente num novo contexto. Nos três casos, isso acontece justamente por o potencial amável não ter sido trilhado pelo olho do furacão, tendo sido possível resgatá-lo, cá está, apesar dele, apesar do furacão bélico. Ao horror em si e *per se* parece não bastar a morte dos seres humanos mas a necessidade de nulificação, inflamando-se deleitado com a vulnerabilidade constitutiva dos corpos e com o seu *hinterland*, daí a voz *horror* como instantânea nomeação da instintiva repulsão pelo facto. Extracto ético a que o momento (hipotético) dadá não chega, nem mesmo quando parece anunciar calado uma wittgensteiniana ética do silêncio, só alcançável depois desse momento, aproveitando-o eventualmente.³⁰

O horror em si e *per se* «tem tão pouco de forma como de sentido. O horror limita-se a existir. E, enquanto reina, é como se nada mais houvesse no universo senão ele».³¹

Não é possível, pois, compatibilizar de forma coerente o reconhecimento da caótica intrínseca da guerra e extrair positivities, dimensões construtivas dos seus fundos abissais, como parece decorrer da argumentação de Javier Rodrigo e David Alegre, ainda que essa não seja manifestamente a sua intenção. Distinto é considerar a guerra como matriz genesiaca, taumatúrgica, como o faz, a nosso ver erradamente,

³⁰ É necessário precisar que toda a referência aos tais novos contextos, todos estes *a posteriori*, não diz respeito somente ao pós-guerra. Eles acontecem mesmo no seio da guerra, em todos os momentos de paragem, em todos os instantes em que é possível estar à margem, um respirar diferente. Claro está que quanto maior forem esses intervalos, em teoria, maiores serão esses mundos novos; ainda sempre limitados pela presença da guerra e dos seus maléficos feitiços, que só podem verdadeiramente ser exorcizados no pós-guerra. Sobre a voz *horror*, veja-se Adriana CAVARERO: *Horrorismo. Nombrando la violencia contemporánea*, Barcelona, Anthropos, 2009, pp. 25-26. Para uma ética do inexpressável, daquilo que só pode ser mostrado e não dito, aplicada à guerra, porque o resgate de plexos de sentido adentro do inaudito da violência não só enfrenta naturalmente fortes dificuldades de expressão, como essa expressão pode não fazer justiça às vítimas e sem querer justificar o mal, decorrendo também daí a dificuldade de expressão, veja-se Cfr. Nil SANTIÁÑEZ: *Wittgenstein's Ethics and Modern Warfare*, Waterloo, Wilfrid Lauren University Press, 2018.

³¹ As palavras citadas dizem respeito ao protagonista, Dorriego Evans, de um romance de guerra do romanista australiano Richard Flanagan. Cfr. Richard FLANAGAN: *A Senda Estreita para o Norte Profundo*, Lisboa, Relógio d'Água, 2015, p. 31. Ademais, as palavras que Trotski terá dito a propósito da guerra civil russa, de que a violência na guerra civil era a guerra civil mesmo, são um bom espelho do horror da guerra. As palavras de Trotski são referidas por Javier Rodrigo e David Alegre em op. cit., p. 138.

mas com argumentos consequentes, o eminente estrategista, polemologista e historiador português António Paulo Duarte.³²

Em pano fundo da nossa argumentação percebe-se estar em causa a guerra absoluta, sendo precisamente a guerra absoluta a permitir reflectir sobre um assunto relacionado (por contraste) com o pretensão precipitado positivo da guerra civil, e sobre o qual os autores não tomam partido, anotam a sua suposta realidade, mas também não criticam. Referimo-nos à putativa existência de guerras incivis, encaminhadas não tanto ao controlo do território e à transformação das dinâmicas políticas como à maximização da desordem.³³ Tais guerras, aparentemente diferentes das guerras civis clássicas, não existem e são produto de uma teoria estratégica e polemológica equivocada que grassa em alguns meios politológicos anglo-americanos. Como já vimos, as guerras civis tendem, na sua radicalização, a uma mais franca exposição da guerra absoluta, tanto maior quanto mais poderosos forem os meios de destruição e quanto a guerra total puder ser evocada e, por consequência, a possível ascensão aos extremos. Ora, a ampliação da desordem é tão-só a situação deveras comum da guerra em si a ditar caminhos, a desenvolver os seus próprios objectivos por intermédio das forças em conflito, na medida em que se pretende alforriar por completo; situação, de resto, exemplarmente por Javier Rodrigo e David Alegre.³⁴ Não se trata de uma qualquer sub-tipologia de guerra, é antes, dadas as condições existenciais e materiais da guerra civil nos séculos XX e XXI, a guerra a apresentar-se como tal, na sua incivilidade, dir-se-ia. O resto é tergiversação da visada.

Da Dificuldade em Definir Guerra Civil

Do exposto, percebe-se a dificuldade de Javier Rodrigo e David Alegre em dar como uma definição cabal de guerra civil, em especial para as guerras dos últimos cem anos, fruto do carácter particularmente esquivo do fenómeno. Aqui, poder ser evocada a argumentação do filósofo italiano Giorgio Agamben, num opúsculo também citado pelos autores, em referência à *stásis*, embora com valor paradigmático, onde é defendida a tese segundo a qual a guerra civil habitaria um umbral ao mesmo tempo de politização e de despolitização, mediante o qual a casa, o *oikos* se excederia em cidade e a

³² Atenda-se de António Paulo DUARTE: “Estratégia: origem e fundamento”, *Nação e Defesa*, 136 (2013), pp. 34-65; e mais recentemente, “Exercício Comparativo: os pequenos beligerantes na Primeira Guerra Mundial”, em Ana Paula PIRES, António Paulo DUARTE, Bruno REIS (eds.), *A Inserção Internacional das Pequenas Potências: Primeira Guerra Mundial*, Lisboa, IDN, 2019, pp. 39-132.

³³ Cfr. Javier RODRIGO e David ALEGRE: op. cit., p. 71.

³⁴ Cfr. *Ibidem*, pp. 265, 379, 478. Por a guerra se alimentar de si mesma, não pode a guerra ser a solução para a guerra, por muito que se disfarce de *intervenção humanitária*. Um sintagma que é em si mesmo um insulto à inteligência, como concluem com inteira pertinência os autores (p. 616).

cidade se despolitizaria em família.³⁵ O laço político seria transportado ao interior da casa, da família, quando a partição entre íntimo e estrangeiro seria própria da *pólis*, na mesma medida em que o laço familiar se exteriorizaria em facção. A estranheza da guerra civil teria a ver exactamente com esta indiferenciação entre cidadania e solidariedade familiar: da cidadania despolitizada em solidariedade familiar e da domesticidade repoliticizada em cidadania. No fundo, Agamben pretende assemelhar a guerra civil a um estado de excepção, pois também neste último, político e impolítico se diferenciam. E como o estado de excepção caracteriza por excelência a soberania, também o soberano pertence e não pertence à *ordem* política dele dependente. Contudo, talvez Agamben queira ir mais longe, e bem. Porque se a guerra, incluindo a guerra civil, pode ser considerada, desde que há soberanos, um estado de excepção, por tal, intrinsecamente política, em razão do seu carácter ultimamente díscolo a todo o controlo político-estratégico, surge, no entanto, melhor caracterizada como uma excepção dentro da excepção, que nem o soberano controla totalmente; e exprimindo a *stásis* essa face abissal da guerra, a guerra absoluta definidora de todo o fenómeno, então, o sentido de umbral exposto por Agamben manifestaria todas as suas virtualidades. Porém, o argumento é, em nossa opinião, mal conduzido pelo filósofo italiano, porque pressupõe tacitamente a política enquanto relação mais ou menos feroz com o estrangeiro, de certa forma implicando-a com a *polemos*, a guerra externa. Todavia, se a Cidade se despolitiza em família, então é porque há um núcleo irreduzível da política que é exterior à guerra, caso contrário, se a política fosse essencialmente relação de conflitualidade face ao estrangeiro não havia razão nenhuma para dizer que a luta fratricida dentro do *oikos* seria estranha à política e a despolitizava. No máximo, a guerra civil seria uma ampliação da relação feroz com o estrangeiro, luta que estaria já sempre projectada no ser da política.

Não encontrando, nem por via de Agamben, uma saída satisfatória, percebe-se a dificuldade de definir *guerra civil* por parte de Javier Rodrigo e David Alegre. Ambos reconhecem a enorme porosidade existente entres os conflitos internos, as guerras insurreccionais e a guerras civis propriamente ditas. Procurando uma perspectiva historiográfica, aberta à interdisciplinariedade, e uma visão dinâmica e contingentista, que faça justiça à singularidade contextual das diferentes guerras civis mas também às imbricações entre si, aos aspectos estruturais bem como à importância do agenciamento dos sujeitos, partem de três premissas perfeitamente justificadas, a saber: a guerra civil como elusiva; a definição da mesma como história de uma narrativa de construção conceptual; o carácter ainda hoje aberto da definição de guerra civil. Destarte, a existir regularidades, elas prendem-se, paradoxalmente, com a variabilidade fenomé-

³⁵ Cfr. Giorgio AGAMBEN: *La Guerre Civile. Pour une théorie politique de la stasis*, Paris, Points, 2015, p. 23.

nica das guerras civis e das suas consequências.³⁶ Apesar de tudo, os nossos historiadores sempre vão adiantando uma definição mínima, que se nos oferece ser ajustada: «a guerra civil como um conflito armado no contexto de uma *civitas*, de uma comunidade política preexistente».³⁷

Tal definição leva-nos ao registo da teoria da estratégia e da teoria polemológica acerca das guerras internas. No quadro das guerras internas encontraríamos o golpe de Estado, enquanto a acção clandestina contra a autoridade de facto. A revolução, enquanto levantamento popular explosivo subitâneo. O pronunciamento militar, pelo qual uma fracção das forças armadas procura derrubar a autoridade de facto. E por fim, a guerra subversiva ou insurreccional, como a luta conduzida no interior do de um território, por parte da população, com ou sem apoio externo (quase sempre com esse apoio), contra a autoridade de facto, com vista a retirar o controlo desse território ou, pelo menos, de paralisar a sua acção, embora esta última tenha evoluído para uma tipologia específica de guerra.³⁸ Todas estas guerras só podem ser guerras quentes, porquanto a utilização de outras modalidades de coacção e estratégia que não a armada, seja com punhos ou espingardas, rapidamente é estrangulada por quem detém o monopólio do uso da força, transformando-se numa questão de ilegalidade e, por conseguinte, de detenção, tribunais e eventual cumprimento de pena de prisão; tão simples quanto isso.

As guerras civis, em sentido estrito e comum, neste quadro, mais não são de que o precipitado do êxito a meias tintas das forças que se levantam quanto do insucesso relativo daquelas que respondem ao levantamento, gerando a guerra civil propriamente dita, seja depois o modo de fazer a guerra, o *warfare* empregue, aquele que for.³⁹ Contudo, neste ponto deve frisar-se que, pelas suas próprias características e evolução, a guerra subversiva passou de guerra interna a uma tipologia específica de guerra, podendo desembocar numa qualquer outra tipologia de guerra finda ela mesmo, mas não enquanto dura. O pronunciamento militar, por exemplo, se falha em parte ou não é debelado por inteiro, tende, em continuidade estrutural, a transformar-se naquilo vulgarmente designado por guerra civil. Já a guerra subversiva, ao cursar os seus próprios passos, não se transforma noutra coisa que não nela própria, a não ser quando já não for ele própria. Infelizmente, este é o ponto em que, ao longo da obra, Javier Rodrigo e David Alegre menos parecem acertar.

³⁶Cfr. Javier RODRIGO e David ALEGRE: op. cit., p. 67.

³⁷ Cfr. Ibídem, p. 68. Ver igualmente a p. 628.

³⁸ Cfr. Abel CABRAL COUTO: *Elementos de Estratégia*, vol. I, pp. 156-159.

³⁹ Curiosamente, Javier Rodrigo e David Alegre também escrevem que para haver guerra civil a luta tem de ser coordenada no espaço e minimamente sustentada no tempo. Cfr. Javier RODRIGO e David ALEGRE: op. cit., p. 27.

Objectar-se-á que, segunda a doutrina, nas fases finais de uma guerra subversiva, nos dois últimos estádios tipificados, desenrolam-se operações convencionais em larga escala, podendo perfeitamente ser então qualificada como guerra civil, tal como aconteceu no Vietname, em 1975.⁴⁰ Aparentemente assim seria. Porém, o objectivo de uma guerra civil é a derrota militar do adversário, isto é, atendendo à condição existencial da própria guerra enquanto guerra, atingir os objectivos preconizados por via da derrota armada dos seus adversários - os autores em causa chamam a atenção para o desatendido que tem sido a dinâmica inerente à própria guerra nas leituras da guerra civil, essencial, porque é dos dinâmicos avatares da mesma que, em muito, depende a sua evolução e consequências. Aliás, os autores referem-se à dimensão puramente militar dos enfrentamentos.⁴¹ Todavia, na guerra subversiva, o essencial não está na vitória militar, antes na conquista do coração e das mentes da população, meio mas também objectivo da guerra. É a enorme complexidade da guerra subversiva que parece escapar, por fim, aos investigadores espanhóis, a ponto de estabelecerem uma linha de continuidade entre as operações de *partizans* na Segunda Guerra Mundial e as guerras subversivas do pós-guerra. No entanto, enquanto nas primeiras o fundamental da acção passava por desgastar militarmente o adversário, as guerras subversivas nascem das interdições do nuclear, do subsequente desenvolvimento das estratégias indirectas e de formas de coacção que não as militares, da paralisia operacional do confronto entre as super-potências, obrigando a pensar formas muito mais sofisticadas de batalhar. Justamente à cabeça dessas formas encontra-se a guerra subversiva como tipologia segundo a qual a parte de leão consiste não em vencer a subversão ou a contra-subversão militarmente, isso é subsidiário, mas em trazer a si os favores da população, isolando e fazendo implodir o caldo psico-social onde gravitam os adversários.

De facto, relativamente aos embriões de guerra subversiva durante a Segunda Guerra Mundial, chamemos-lhe assim, a diferença essencial reside no eixo central da acção: conquistar a população mediante forças concorrentes, não sendo atribuído à luta armada o papel principal. Nas operações de resistência à ocupação alemã, o foco principal estava na luta armada por meio de operações irregulares, visando infligir danos físicos e, sobretudo, morais às tropas ocupantes, desgastando-as. Procurando com isso apoiar o eixo decisivo da manobra realizada pelas forças aliadas, ainda que de todo se possa reduzir a complexidade *partizan* a um mero correlato da guerra na frente. No máximo, a experiência polaca do *Exército do Interior* terá sido a que mais se aproximou de uma verdadeira guerra subversiva, por força dos receios, fundados, de desintegração da sociedade polaca, levando à criação de um quase Estado clandestino com

⁴⁰ Cfr. *O Exército na Guerra Subversiva*, 2ª ed., Vol. I – Generalidades, Lisboa, Estado-Maior do Exército, 1966, cap. 1, p. 13.

⁴¹ Cfr. Javier RODRIGO e David ALEGRE: op. cit., p. 28.

os seus diversos ramos de actuação.⁴² Também para a potência ocupante objectivo principal era castigar e aterrorizar, semeando o temor para evitar futuras acções armadas que prejudicassem o apoio ao eixo principal das operações. Como se pode notar estamos nos antípodas do que preconiza a doutrina da guerra subversiva, tanto para a subversão como para a contra-subversão. Além do mais, os actos de punição, ou no caso da resistência, o desgaste do ocupante, independentemente do efeito ser moral e psicológico, são de natureza militar. Já a guerra subversiva pressupõe o desenvolvimento de modalidades de guerra que não só a luta armada e dos ramos da estratégia que não apenas o militar, sob pena dos actos estratégicos de *bargaining*, de atracção, de persuasão, com manha e constrangimento últimos, acabarem por se tornar contra-producentes na raiz.⁴³

Não obstante, para politólogos, internacionalistas, polemologistas, historiadores, etc, a obra através da qual nos foi permitido desenvolver umas quantas ideias sobre as guerras civis é, de muito longe, a obra cimeira sobre o significado metodológico da guerra civil e, porque é isso que os autores procuram e alcançam, sobre as guerras civis no seu evolver no último século transcorrido.

⁴² Cfr. Mark MAZOWER: *O Império de Hitler. O domínio nazi na Europa ocupada*, Lisboa, Edições 70, 2013, p. 467

⁴³ Sobre a enorme complexidade e ambiguidade da guerra subversiva, veja-se António HORTA FERNANDES: op. cit., pp. 224-240.